

31 MAR 1996

ESTADO DE SÃO PAULO

B14 - O ESTADO DE S.PAULO

Economia - Brasil

ECONOMIA

DOMINGO, 31 DE MARÇO DE 1996

TENDÊNCIAS

País fica mais competitivo, diz secretário

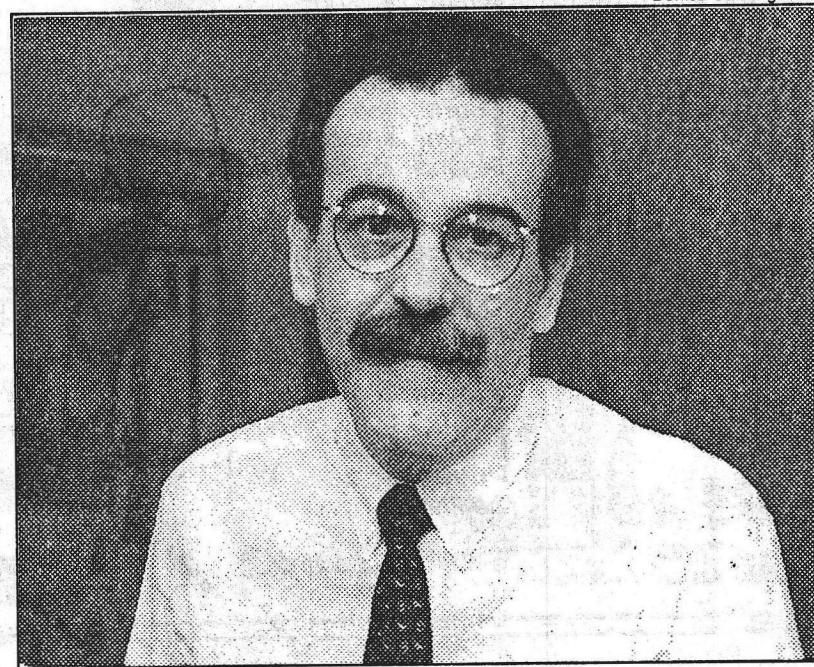
Custos estão caindo e exportação crescerá, apesar dos impostos, segundo Mendonça de Barros

ROLF KUNTZ

A exportação está na faixa de US\$ 48 bilhões a US\$ 50 bilhões anuais, mas deve mesmo deslanchar nos próximos dois ou três anos, diz o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. Isso vai acontecer, segundo ele, mesmo sem a reforma tributária e sem alteração da política de câmbio, porque uma porção de outros fatores começa a reforçar a competitividade. Exemplos: o custo da energia tende a nivelar-se ao padrão internacional, a burocracia comercial está sendo reduzida, as concessões e privatizações devem resultar em mais investimentos na infra-estrutura, e a operação portuária está mudando, com a multiplicação dos terminais privativos, já autorizados a operar com carga de terceiros.

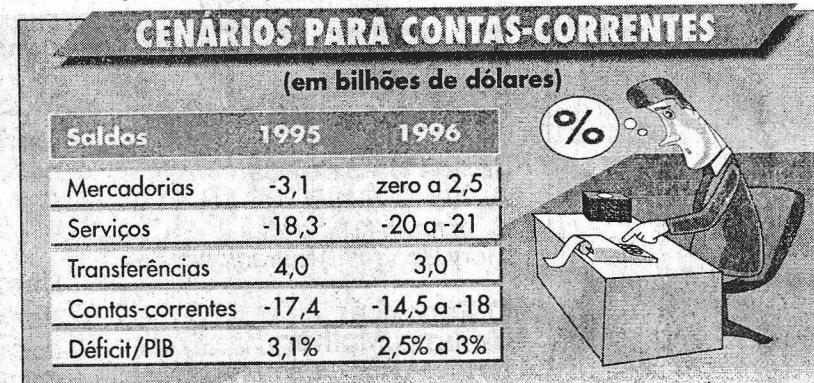
"Todos nós aprendemos desde cedo que o trem é o melhor meio de transporte para a maior parte das cargas exportáveis, mas quem pensaria, há até há pouco tempo, que fosse possível privatizar o transporte ferroviário?" A privatização das ferrovias começou e em dois ou três anos mudanças como essa e muitas outras produzirão a massa de condições para um grande salto da exportação, avalia o secretário.

Não há solução única ou espetacular, diz Mendonça de Barros. As transformações estão no dia-a-dia. O Mercosul, por exemplo, deve permitir ganhos importantes de escala. O investimento estrangeiro também afeta o comércio. "O Walmart começou importando e já tem contratos de exportação de US\$ 80 milhões", lembra o secretário. Muitos outros investimentos anunciados



Denise Camargo/AE

Mendonça de Barros: concessões melhoram a infra-estrutura



Um diz que a política não permite crescer mais que 3%, sem risco de problema externo, outro responde que não nem pensa mesmo em crescimento maior, por enquanto.

Esse limite está pelo menos implícito, portanto, em exercícios de projeção feitos pela equipe da Secretaria de Política Econômica. A exportação, segundo Mendonça de Barros, deve ter-se estabilizado na faixa de US\$ 46 bilhões a US\$ 48 bilhões. Nem tudo que aconteceu a partir do real está claro até hoje, admite o secretário, mas o grande impulso inicial parece ter-se esgotado: parte do efeito-novidade acabou, o público descobriu que muito produto importado era bagulho e o financiamento está menos abundante, porque muita gente não honrou as cartas de crédito. Além disso, é claro, o primeiro efeito do aumento de consumo já passou e a renda do consumidor, agora, muda muito mais lentamente. Do lado da exportação, um novo nível parece consolidado: a média mensal deve estar perto de US\$ 4 bilhões, provavelmente pouco acima.

Isso leva a prever, para o ano, um comércio pelo menos equilibrado. Na melhor hipótese, o saldo pode ficar próximo de US\$ 2,5 bilhões (esta hipótese, correspondente a um saldo mensal nas vizinhanças de US\$ 200 milhões, é tomada de empréstimo ao professor e consultor Affonso Celso Pastore). O déficit na conta de serviços, alimentado principalmente pelos juros pagos ao Exterior, deve ficar entre US\$ 20 bilhões e US\$ 21 bilhões. Os migrantes brasileiros deverão, de novo, aliviar as contas, mandando para casa uns US\$ 3 bilhões (perto de US\$ 4 bilhões no ano passado). Tudo somado, sobrará um déficit em contas-correntes (*ver tabela*) parecido com o de 1995, mas um pouco menor como porcentagem do PIB. O financiamento, segundo as projeções, também será melhor: o investimento direto poderá chegar a uns US\$ 5 bilhões, diminuindo a dependência de capitais de curto prazo. É uma situação manejável, segundo Mendonça de Barros, até o amadurecimento das mudanças, incluída a reforma fiscal.

EXPANSÃO DO PIB FICA PERTO DE 3% POR UM TEMPO

também deverão reforçar o comércio, acrescenta.

Por tudo isso, o setor externo não representa uma restrição à política econômica, sustenta Mendonça de Barros, contrariando, por exemplo, a opinião de economista e deputado Antônio Delfim Netto. Segundo Delfim, o câmbio valorizado é uma armadilha, porque desequilibra os preços internos e externos, dificulta a exportação, facilita a importação e impõem um estreito limite à expansão

da economia. Se o crescimento passar de 2% ou 3%, o déficit em contas-correntes fica maior do que o governo admite como tolerável (cerca de 2% do Produto Interno Bruto). Para viver com o câmbio valorizado, continua a argumentação de Delfim, o governo mantém juros muito altos e com isso arrebenta as próprias contas, inlando a dívida pública.

"Ninguém imagina um crescimento maior que uns 3% na fase inicial da estabilização", responde Mendonça de Barros. Por isso, segundo ele, esse lado da crítica não vale. Para o expectador, um ponto, pelo menos, fica estabelecido: sem querer, Delfim e o governo convergem num ponto.